



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 140, DE 15 DE MAIO DE 2019

NÍVEL E (Nível Superior)  
MÉDICO – Área: MEDICINA DO TRABALHO

18 de agosto de 2019

Nome: \_\_\_\_\_ Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

BOLETIM DE PROVA

**LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.**

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **42** questões objetivas, sendo **Conhecimentos Básicos – 8** de Língua Portuguesa, **6** de Legislação e **4** de Raciocínio Lógico – **24** de **Conhecimentos Específicos** e a **Prova de Redação em Língua Portuguesa**. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO.
- 3 A prova de Redação em Língua Portuguesa consistirá na elaboração de texto escrito com, **no máximo, 30 linhas**, em que serão avaliados: tema e nível de linguagem, coesão e coerência, regras de escritas.
- 4 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA e na FOLHA DE REDAÇÃO. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 5 Após a conferência, assine no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 6 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA e a transcrição do texto definitivo para a FOLHA DE REDAÇÃO devem ser feitas com **caneta esferográfica de corpo transparente e tinta preta ou azul.**
- 7 Do CARTÃO-RESPOSTA, não serão computadas as questões cujas alternativas estiverem sem marcação, com mais de uma alternativa marcada, ou com o uso de corretivo.
- 8 O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO não podem ser dobrados, amassados, rasurados, manchados ou danificados de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO somente serão substituídos se neles forem constatados falha de impressão e/ou se os dados apresentados no CARTÃO e na FOLHA não corresponderem aos seus.
- 9 O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO serão os únicos documentos considerados para a correção. O BOLETIM DE QUESTÕES não valerá, sob hipótese alguma, para efeito da correção.
- 10 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 11 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no **item 2** acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 12 Somente será permitido ao candidato levar o seu BOLETIM DE QUESTÕES, ao deixar em definitivo a sala de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 13 O tempo disponível para a prova é de **cinco horas, com início às 14:00h e término às 19:00h**, observado o horário de Belém-PA.
- 14 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

**Boa Prova!**



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 42.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 1 a 8.

**Universidade pública pode cobrar mensalidade dos mais ricos?**

Especialistas se dividem sobre assunto que terá de ser enfrentado por ministro Abraham Weintraub.  
Constituição hoje não permite cobrança

Karla Dunder

1 O governo federal já deixou bem claro que a prioridade da educação será o ensino básico. Mas com  
2 contingenciamento de verbas em todos os ministérios e como boa parte do orçamento da área é destinado  
3 às universidades públicas, volta ao debate a questão do financiamento e de uma possível cobrança de  
4 mensalidade.  
5 De acordo com o artigo 206 da Constituição, as universidades públicas são gratuitas, não podem  
6 cobrar mensalidades. Para mudar o texto seria necessário aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional  
7 (PEC). Também há decisões do Supremo Tribunal Federal que impediram cobrança até de taxas de  
8 matrícula em instituições públicas.  
9 O assunto pode ser interpretado como uma boa briga ou um debate saudável, como observa a  
10 diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV/EBAPE, professora Cláudia  
11 Costin. "Esse é um assunto que não pode ser tratado como um tabu".  
12 Ao mesmo tempo, Cláudia defende a produção de "estudos sérios e científicos a esse respeito para  
13 que uma decisão possa ser tomada".  
14 Um estudo do Banco Mundial, divulgado em 2017 aponta que a cobrança de mensalidade nas  
15 universidades públicas brasileiras seria uma forma de diminuir as desigualdades sociais.  
16 "A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a  
17 mensalidade", avalia Marcelo Becerra, especialista líder em Educação do Banco Mundial. "O gasto público  
18 nessas universidades é desigual e favorece os mais ricos. Não seria correto que toda a sociedade financie  
19 o estudo de jovens de classes mais altas".  
20 Como alternativa, Becerra usa o sistema das universidades australianas. O estudante paga o curso  
21 após a formatura. "Uma parte do custo é devolvida à universidade, mas, como todas as questões sensíveis,  
22 deve ser amplamente discutida com a sociedade".  
23 Em diferentes países, universidades cobram mensalidades de estudantes que podem pagar e  
24 oferecem bolsas de estudos ou políticas de financiamento para aqueles que não têm condições. "A cobrança  
25 de mensalidade não é ruim, mas não é suficiente para a manutenção da universidade, mesmo em países  
26 como Inglaterra, onde o governo investe nas instituições de ensino e pesquisa".  
27 Para o reitor da Unicamp, o professor Marcelo Knobel, a universidade gratuita é um direito de todo  
28 cidadão. "É possível pensar em outros mecanismos como cobrar mais impostos de quem ganha mais",  
29 avalia.  
30 Knobel também destaca "que em nenhum lugar do mundo a cobrança de mensalidade permite  
31 financiar a universidade, mesmo no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), nos Estados Unidos,  
32 só 10% da receita vêm das mensalidades".  
33 Para o reitor da Unicamp, não é a cobrança de mensalidade que resolverá as questões de equidade  
34 social. E destaca a importância das universidades para a produção de pesquisa. "As universidades públicas  
35 têm um papel fundamental para o desenvolvimento de pesquisa de excelência, a cobrança seria um  
36 retrocesso."  
37 Difícil e delicada é a discussão. Há excelentes defensores de ideias em cada lado da polêmica. Mas  
38 é um tema que terá de ser enfrentado pelo novo ministro Abraham Weintraub, senão agora, em breve.

<https://noticias.r7.com/educacao/universidade-publica-deve-cobrar-mensalidade-dos-mais-ricos-12042019>

Acessado em 25/05/2019

Texto adaptado

- 1 Segundo Marcelo Becerra, deve-se discutir com a sociedade
- (A) as desigualdades sociais nas universidades públicas.  
(B) os gastos públicos nas universidades.  
(C) o financiamento dos estudos de jovens de classe alta.  
(D) o pagamento de cursos superiores após a formatura.  
(E) a devolução dos custos dos cursos às universidades.



- 2 O entrevistado que se contrapõe ao pagamento de mensalidades por estudantes mais ricos julga que a medida
- (A) diminuiria as desigualdades sociais no País.
  - (B) favoreceria os estudantes de escolas particulares.
  - (C) aumentaria o gasto público nas universidades.
  - (D) não garantiria a manutenção das universidades.
  - (E) comprometeria o desenvolvimento de pesquisas.
- 3 O termo empregado no texto que **não** faz referência à cobrança de mensalidades nas universidades é
- (A) *assunto* (linha 9).
  - (B) *forma* (linha 15).
  - (C) *alternativa* (linha 20).
  - (D) *polêmica* (linha 37).
  - (E) *tema* (linha 38).
- 4 Do enunciado “*Esse é um assunto que não pode ser tratado como um tabu*” (linha 11), é correto compreender que a cobrança de mensalidades em universidades públicas
- (A) deve ser discutida.
  - (B) é inadmissível.
  - (C) precisa ser implementada.
  - (D) pode ser ilegal.
  - (E) dá margem a polêmica.
- 5 Segundo regras de pontuação, uma vírgula deixou de ser empregada em
- (A) *De acordo com o artigo 206 da Constituição, as universidades públicas são gratuitas, não podem cobrar mensalidades* (linhas 5 e 6).
  - (B) *O assunto pode ser interpretado como uma boa briga ou um debate saudável, como observa a diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV/EBAPE, professora Cláudia Costin* (linhas 9 a 11).
  - (C) *Um estudo do Banco Mundial, divulgado em 2017 aponta que a cobrança de mensalidade nas universidades públicas brasileiras seria uma forma de diminuir as desigualdades sociais* (linhas 14 e 15).
  - (D) *“A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a mensalidade”, avalia Marcelo Becerra, especialista líder em Educação do Banco Mundial* (linhas 16 e 17).
  - (E) *Para o reitor da Unicamp, não é a cobrança de mensalidade que resolverá as questões de equidade social* (linhas 33 e 34).
- 6 De acordo com a norma culta, existe outra possibilidade de concordância verbal em
- (A) *O governo federal já deixou bem claro que a prioridade da educação será o ensino básico* (linha 1).
  - (B) *De acordo com o artigo 206 da Constituição, as universidades públicas são gratuitas, não podem cobrar mensalidades* (linhas 5 e 6).
  - (C) *“A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a mensalidade”, avalia Marcelo Becerra, especialista líder em Educação do Banco Mundial* (linhas 16 e 17).
  - (D) *Em diferentes países, universidades cobram mensalidades de estudantes que podem pagar e oferecem bolsas de estudos ou políticas de financiamento para aqueles que não têm condições* (linhas 23 e 24).
  - (E) *Há excelentes defensores de ideias em cada lado da polêmica* (linha 37).
- 7 Está na ordem inversa o enunciado
- (A) *O assunto pode ser interpretado como uma boa briga ou um debate saudável* (linha 9).
  - (B) *“A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a mensalidade”* (linhas 16 e 17).
  - (C) *O estudante paga o curso após a formatura* (linhas 20 e 21).
  - (D) *E destaca a importância das universidades para a produção de pesquisa* (linha 34).
  - (E) *Difícil e delicada é a discussão* (linha 37).



- 8 O termo grifado acrescenta ao enunciado a ideia de inclusão em
- (A) *O governo federal já deixou bem claro que a prioridade da educação será o ensino básico* (linha 1).
  - (B) *Também há decisões do Supremo Tribunal Federal que impediram cobrança até de taxas de matrícula em instituições públicas* (linhas 7 e 8).
  - (C) *“A cobrança de mensalidade não é ruim, mas não é suficiente para a manutenção da universidade, mesmo em países como Inglaterra, onde o governo investe nas instituições de ensino e pesquisa”* (linhas 24 a 26).
  - (D) *Knobel também destaca “que em nenhum lugar do mundo a cobrança de mensalidade permite financiar a universidade, mesmo no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), nos Estados Unidos, só 10% da receita vêm das mensalidades”* (linhas 30 a 32).
  - (E) *Mas é um tema que terá de ser enfrentado pelo novo ministro Abraham Weintraub, senão agora, em breve* (linhas 37 a 38).

### LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 9 A vacância do cargo público dar-se-á de acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. São hipóteses legais para a sua concretização
- (A) I – falecimento; II – demissão; III – readaptação; IV – aposentadoria; V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – exoneração.
  - (B) I – readaptação; II – demissão; III – promoção – IV – exoneração; V – aposentadoria; e VI – posse em outro cargo inacumulável.
  - (C) I – promoção; II – demissão; III – exoneração – IV – readaptação; e V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – falecimento.
  - (D) I – demissão; II – exoneração; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; e VI – falecimento.
  - (E) I – falecimento; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; VI – posse em outro cargo inacumulável; e VII – exoneração.
- 10 De acordo com o estabelecido na Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, além da licença por motivo de doença em pessoa da família e para tratar de interesses particulares, outras licenças também poderão ser concedidas ao servidor, tais como
- (A) I – para o serviço militar; II – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; III – para atividade política; e IV – para desempenho de mandato classista.
  - (B) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para atividade política; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
  - (C) I – para desempenho de mandato classista; II – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; III – para o serviço militar; e IV – para capacitação.
  - (D) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação; e V – para desempenho de mandato classista.
  - (E) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação.



- 11 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019). Os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observarão as seguintes diretrizes nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos.
- (A) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações e VII – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos, somente.
- (B) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações e VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.
- (C) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; V – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VI – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.
- (D) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VII – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e VIII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos.
- (E) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – racionalização de métodos e procedimentos de controle; IV – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; V – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VI – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.



- 12 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Assinale a alternativa em que todos os itens estão corretos.
- (A) I – após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no País quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- (B) I – após cada triênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação não poderá ser parcelada; IV – o órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza somente no País, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- (C) I – após cada quadriênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto não necessariamente seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no país quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- (D) I – após cada anuênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade não poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação somente poderá ser utilizada integralmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no País quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.



- (E) I – após cada biênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação somente poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade não poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação somente poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado, cujo objeto não necessariamente seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no País quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- 13 Cassação de aposentadoria ou disponibilidade, suspensão e demissão são penalidades disciplinares previstas na Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. De acordo com essa Lei, outras penalidades disciplinares existem, tais como
- (A) I – advertência.
- (B) I – destituição de função comissionada; e II – destituição de cargo em comissão.
- (C) I – advertência; II – destituição de cargo em comissão; e III – destituição de função comissionada.
- (D) I – destituição de cargo em comissão.
- (E) I – destituição de função comissionada.



- 14 O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Dentre outras situações, são deveres fundamentais do Servidor Público
- (A) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- (B) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – de modo opcional, manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções.
- (C) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – não necessariamente divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a exigência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – ter consciência de que seu trabalho não necessariamente seja regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- (D) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – não necessariamente zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- (E) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – sempre que possível poderá retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; V – não obrigatoriamente comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público; VI – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.





RACIOCÍNIO LÓGICO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 15 João vai sair de casa e é interpelado por sua mãe:  
- João, você vai aonde?  
- Não tenho certeza, mãe. Vou encontrar amigos para ir ao futebol ou ao cinema no shopping.  
- João, se você for ao cinema, compre chocolate para mim.  
- Sim, mãe.
- Quatro horas mais tarde, João, que sempre atende às solicitações de sua mãe, retorna e vem com chocolates. É correto concluir que
- (A) João foi ao cinema.  
(B) João não foi ao cinema.  
(C) João foi ao cinema e João comprou o chocolate.  
(D) João comprou o chocolate no shopping.  
(E) João foi ao cinema ou João comprou o chocolate.
- 16 Um motorista dirige um ônibus entre a cidade A e a cidade B, distantes 300 km. Invariavelmente sai na segunda-feira de A às 7 horas e chega na cidade B às 12 horas. Na terça-feira, sai da cidade B às 7 horas e chega na cidade A às 12 horas. É correto afirmar que
- (A) o motorista trafegou pelo menos quatro horas com velocidade superior a 80 km/h.  
(B) o motorista trafegou sempre abaixo de 60 km/h.  
(C) existiu um mesmo horário entre as 7 e as 12 horas na segunda e na terça-feira em que o veículo esteve na mesma posição na ida de A para B e na vinda de B para A.  
(D) é improvável que tenha havido um mesmo horário entre as 7 e as 12 horas na segunda e na terça-feira em que o veículo esteve na mesma posição na ida de A para B e na vinda de B para A.  
(E) o motorista parou durante o trajeto tanto na segunda-feira como na terça-feira.
- 17 Cinco crianças identificadas pelas letras A, B, C, D e E participam de um jogo, que consiste em passar uma bola de uma para outra de acordo com as regras: A sempre passa a bola para B; B sempre passa para D; C sempre passa para A; D sempre passa para E e E sempre passa para C. Se o jogo inicia por B, é correto afirmar que, após 123 passagens, a bola encontra-se com o jogador
- (A) A.  
(B) B.  
(C) C.  
(D) D.  
(E) E.
- 18 Um tanque de 100 metros cúbicos de volume encontra-se enterrado e completamente cheio de água. O tanque está rachado e a água do terreno infiltra a uma razão constante no tanque. Uma bomba trabalha 12 horas durante o dia e retira 30 metros cúbicos de água. Fica parada 12 horas durante a noite, período em que 10 metros cúbicos de água retornam ao tanque pela infiltração. Neste ritmo, o tanque será esvaziado pela primeira vez no
- (A) oitavo dia.  
(B) nono dia.  
(C) décimo dia.  
(D) décimo-primeiro dia.  
(E) décimo-segundo dia.



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 19 A Norma Regulamentadora 15 - Atividades e Operações insalubres - estabelece que
- (A) a caracterização da atividade insalubre somente será possível por métodos quantitativos precisos e criteriosos, com instrumentação e metodologia definida pela FUNDACENTRO, para concluir se a exposição do trabalhador está acima dos limites de tolerância estabelecidos.
  - (B) os limites de tolerância são valores de referência, tolerados como admissíveis, para fins de exposição ocupacional. Para determinar esses valores, são utilizados estudos epidemiológicos, analogia química e experimentação científica.
  - (C) o adicional sobre o salário referente à insalubridade corresponde a percentuais sobre o salário-base e se divide em três graus: máximo (40%), médio (20%) e mínimo (10%).
  - (D) um mesmo agente químico pode caracterizar diferentes graus de insalubridade, dependendo da atividade do trabalhador, das medidas de proteção individual e coletiva e do tipo de exposição. É o caso do chumbo, do arsênio e do carvão.
  - (E) o uso de EPI não possibilita a eliminação da exposição aos riscos ambientais, em nenhuma situação, devendo-se sempre garantir inspeção, ambientação e avaliação de insalubridade.
- 20 A Norma Regulamentadora 9 estabelece a implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Com base nesta norma regulamentadora, é correto afirmar:
- (A) As ações do PPRA devem ser desenvolvidas no âmbito de cada estabelecimento da empresa, sob a responsabilidade dos empregados.
  - (B) Para efeito da NR 9, consideram-se riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho.
  - (C) O objetivo do PPRA é organizar um programa de higiene ocupacional que possa implementar medidas de controle que eliminem completamente a exposição a agentes ambientais nocivos à saúde do trabalhador.
  - (D) Os registros do PPRA devem ser mantidos por 10 anos.
  - (E) O PPRA deve ser elaborado somente para empresas com dimensionamento estabelecido de 50 empregados, para fins de grau de risco.

A Norma Regulamentadora NR-9 estabelece a obrigatoriedade de identificar os riscos à saúde humana no ambiente de trabalho, e um dos instrumentos utilizados são os mapas de Risco. Com base nesta afirmação, responda às questões 21 e 22.

- 21 No serviço de queimados de uma unidade hospitalar, solicitou-se a elaboração de um mapa de risco, Na inspeção ambiental, foram verificados riscos biológico, ergonômico e de acidentes. As cores que serão utilizadas para identificação desses riscos são, respectivamente,
- (A) vermelho, azul, amarelo.
  - (B) verde, amarelo, marrom.
  - (C) azul, amarelo, vermelho.
  - (D) amarelo, azul, marrom.
  - (E) marrom, amarelo, azul.
- 22 A atribuição de elaborar esse mapa de riscos é do(da)
- (A) serviço especializado em Engenharia e Segurança em Medicina do Trabalho (SESMT).
  - (B) médico do trabalho.
  - (C) Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).
  - (D) engenheiro de segurança do trabalho.
  - (E) técnico de segurança do trabalho.



23 Em relação ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), de acordo com a Norma Regulamentadora 7, analise as afirmativas seguintes.

1. Deve considerar as questões incidentes sobre o indivíduo e a coletividade de trabalhadores, privilegiando o instrumental clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre sua saúde e o trabalho.
2. Deve ter caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, inclusive de natureza subclínica, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores.
3. Deve ser planejado e implantado com base nos riscos à saúde dos trabalhadores, especialmente os identificados nas avaliações previstas nas demais NR.
4. Ficam obrigadas a indicar médico coordenador as empresas de grau de risco 1 e 2, com até 25 (vinte e cinco) empregados e aquelas de grau de risco 3 e 4, com até 10 (dez) empregados.

Estão corretas

- (A) 1 e 2, apenas.
- (B) 2 e 3, apenas.
- (C) 3 e 4, apenas.
- (D) 1, 2 e 3, apenas.
- (E) 1, 2, 3 e 4.

24 De acordo com o Código de Ética Médica, no que concerne à conduta profissional, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir.

- ( ) É vedado receitar, atestar ou emitir laudos de forma secreta ou ilegível, sem a devida identificação de seu número de registro no Conselho Regional de Medicina da sua jurisdição.
- ( ) É vedado prescrever tratamento ou outros procedimentos sem exame direto do paciente, mesmo em casos de urgência ou emergência e impossibilidade comprovada de realizá-lo.
- ( ) É vedado desrespeitar a prescrição ou o tratamento de paciente, determinados por outro médico, mesmo quando em função de chefia ou de auditoria, salvo em situação de indiscutível benefício para o paciente.

A sequência correta é

- (A) V, F, V.
- (B) V, V, V.
- (C) F, F, V.
- (D) F, V, V.
- (E) V, V, F.

25 No estudo da Norma Regulamentadora n. 17 (NR 17), no que diz respeito ao item de levantamento, transporte e descarga manual de cargas, é correto afirmar:

- (A) Para efeito da NR 17, o peso do transporte manual de carga pode ser feito por um, dois ou até três trabalhadores e, mesmo assim, será feita uma análise pela NR 17.
- (B) O transporte manual de cargas pode ser feito por todo trabalhador, por exigência da empresa, mesmo que lhe traga problemas de saúde.
- (C) Todo trabalhador designado para o transporte manual regular de cargas, que não as leves, deve receber treinamento ou instruções satisfatórias quanto aos métodos de trabalho que deverá utilizar.
- (D) As mulheres e os jovens podem carregar o mesmo peso que os homens adultos, de acordo com a NR 17.
- (E) É permitido o levantamento de cargas, por apenas um trabalhador, com peso máximo da carga de até 30 Kg.

26 Sobre a CIPA, é correto afirmar:

- (A) A CIPA terá representante apenas dos empregados.
- (B) Os representantes do empregador serão eleitos através de escrutínio secreto.
- (C) O mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de 10 meses, sendo permitida uma reeleição.
- (D) É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa do empregado eleito para cargo de direção de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato.
- (E) De comum acordo entre os membros, será eleito um secretário e seu substituto, sendo que este deve obrigatoriamente pertencer ao quadro de membros da comissão.



- 27 Estudos demonstram que trabalhadores de diversos ramos de atividades estão expostos a condições de trabalho que propiciam a ocorrência e/ou o agravamento de quadros relativos a Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER/DORT). Considere as associações abaixo, que especificam as doenças que compõem o grupo LER/DORT, e a respectiva condição causadora.
- I Síndrome do Desfiladeiro Torácico → operação de ferramentas vibratórias.
  - II Tenossinovite do Estilóide Radial → movimentos de preensão manual repetidamente.
  - III Síndrome do Túnel Cubital → carregamento de pesos restritos ao lado do corpo.
  - IV Síndrome do Manguito Rotador → operação de máquinas pneumáticas.
- Estão corretos os itens
- (A) I e II, apenas.
  - (B) II e III, apenas.
  - (C) I, II e III, apenas.
  - (D) II e IV, apenas.
  - (E) I, II e IV, apenas.
- 28 A Classificação proposta por Schilling agrupa as doenças segundo sua relação com o trabalho, Quanto ao assunto, é correto afirmar:
- (A) As doenças nas quais o trabalho é causa necessária estão no Grupo I de Schilling e têm como exemplos a silicose e a intoxicação por chumbo.
  - (B) As situações nas quais o trabalho é um fator provocador estão no Grupo III de Schilling e têm como exemplos o câncer e a asma.
  - (C) As doenças nas quais o trabalho é um fator contributivo, mas não necessário, estão no Grupo II de Schilling e têm como exemplos a silicose e as varizes.
  - (D) As doenças nas quais o trabalho é causa necessária estão no Grupo II de Schilling e têm como exemplos a intoxicação pelo chumbo e a silicose.
  - (E) As situações nas quais o trabalho é um fator provocador estão no Grupo II de Schilling e têm como exemplos o câncer e as doenças mentais.
- 29 De acordo com o art.1º 186 da Lei 8.112/1990, são doenças que permitem aos seus portadores a isenção de imposto de renda sobre proventos de aposentadoria, reforma ou pensão:
- (A) Alienação mental, Apendicite aguda, Doença de Parkinson.
  - (B) Alienação mental, Cardiopatia grave; Esclerose múltipla.
  - (C) Doença de Parkinson, Cegueira, Apendicite aguda.
  - (D) Esclerose múltipla, Doença de Parkinson, Hepatite C.
  - (E) Cegueira, Esclerose múltipla, Hepatite C.
- 30 Em relação à Perda Auditiva por Ruído (PAIR), é correto afirmar:
- (A) É provocada por exposição prolongada a níveis de ruído superiores a 85 dB acima de 8 horas diárias.
  - (B) Em sua maioria, é reversível, de predominância coclear.
  - (C) Tem tendência à unilateralidade.
  - (D) É progressiva mesmo que cesse a exposição ao ruído.
  - (E) Atinge somente as frequências baixas.
- 31 Em conformidade com a Norma Regulamentadora (NR) nº 7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), segundo as diretrizes e parâmetros mínimos para avaliação e acompanhamento da audição em trabalhadores expostos a níveis de pressão sonora elevados, os exames audiológicos são caracterizados como
- (A) de referência e sequenciais.
  - (B) admissionais e complementares.
  - (C) de referência e secundários.
  - (D) primários e secundários.
  - (E) primários e complementares.



- 32 De acordo com a NR-6, que trata dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), é correto afirmar:
- (A) Entende-se por EPI o equipamento que possui certificado de aprovação emitido pelo INMETRO, com finalidade de proteger ou atenuar lesões em ambiente de trabalho.
  - (B) Qualquer trabalhador que tiver que utilizar EPI tem que receber treinamento, se possível reciclagem periódica, sobre sua utilização e manutenção.
  - (C) O Ministério do trabalho disponibiliza em seu site todas as informações pertinentes sobre fabricantes ou importadores de EPI.
  - (D) O empregador deve elaborar uma norma administrativa identificando as atividades e setores de risco, discriminando as características do EPI a ser utilizado, obrigatoriamente identificando o seu fabricante.
  - (E) A CIPA será responsável pelo desenvolvimento, implementação e administração do programa que conduzirá à necessidade do uso do EPI.

**Leia o texto para responder às questões de 33 a 36**

Elenilson trabalha na ALBRÁS/ALUNORTE, localizada no município de Barcarena. Desde a queda da ponte que interliga os municípios Belém-Barcarena, em abril/2019, a empresa fornece serviço de transporte rodoviário a fim de garantir o horário de chegada dos funcionários na fábrica regularmente. No dia 06.05.2019, às 6 (seis) horas, na cidade de Belém, saiu de sua residência, em seu próprio veículo, em direção ao terminal rodoviário para pegar o ônibus da empresa. No caminho, colidiu com outro veículo, fraturou o punho direito e foi tratado cirurgicamente. Foi encaminhado para o INSS e retornou ao trabalho, após alta médica e pericial, depois de 90 dias de afastamento.

- 33 Com base nesse histórico, é correto afirmar que o tipo de acidente que o referido empregado da ALBRÁS sofreu foi
- (A) acidente de trajeto.
  - (B) doença do trabalho.
  - (C) doença ocupacional.
  - (D) acidente do trabalho.
  - (E) acidente típico.
- 34 Em relação aos benefícios da Previdência Social, o que se enquadra inicialmente é o(a)
- (A) auxílio-doença previdenciário (B31).
  - (B) auxílio-acidente.
  - (C) majoração.
  - (D) auxílio-doença acidentário (B91).
  - (E) benefício de prestação continuada.
- 35 Considerando o comunicado de acidente de trabalho – CAT, é correto afirmar:
- (A) A empresa é obrigada a informar à Previdência Social todos os acidentes de trabalho ocorridos com seus empregados, mesmo que não haja afastamento das atividades, até 15 dias após a ocorrência.
  - (B) O próprio trabalhador, o dependente, a entidade sindical, o médico ou a autoridade pública poderão efetivar a qualquer tempo o registro deste instrumento junto à Previdência Social.
  - (C) A CAT de reabertura pode se referir a acidente de trabalho típico, trajeto, doença profissional ou do trabalho.
  - (D) A área de informações referente ao atestado médico do formulário deverá ser preenchida e assinada pelo médico assistente, independentemente de ser apresentado o atestado médico.
  - (E) Em caso de morte, a comunicação CAT deverá ser feita no máximo em 48 horas.
- 36 Seu contrato de trabalho na empresa, após o retorno da Previdência Social, deverá ser garantido pelo empregador por
- (A) 02 meses.
  - (B) 09 meses.
  - (C) 24 meses.
  - (D) 18 meses.
  - (E) 12 meses.



- 37 A vulnerabilidade do sistema nervoso aos efeitos da exposição ocupacional a uma gama de substâncias químicas na metalurgia pode provocar intoxicação crônica por determinados agentes, cursando com ataxia cerebelosa e parkinsonismo. Também pode estar associada à polineuropatia periférica do tipo axonal (sensitiva e motora). Os agentes mais comumente envolvidos na ataxia cerebelosa por intoxicação são
- (A) mercúrio e chumbo.
  - (B) chumbo e benzenos.
  - (C) manganês e chumbo.
  - (D) mercúrio e manganês.
  - (E) manganês e benzenos.
- 38 Atividades como jateamento de areia, trabalho em pedreiras, preparação de mistura a seco na produção de cerâmica branca ou porcelana e extração de minérios em minas subterrâneas podem provocar a deposição de poeira nos pulmões com reação tissular, cursando com sintomas de dispneia aos esforços e astenia. Em fases avançadas, pode evoluir com insuficiência respiratória e *cor pulmonale*. A doença profissional típica descrita anteriormente corresponde a
- (A) silicose.
  - (B) asbestose.
  - (C) asma ocupacional.
  - (D) mesotelioma de pleura.
  - (E) carcinoma broncogênico.
- 39 Caracteriza-se por humor triste, perda de interesse e prazer nas atividades cotidianas, com dificuldade de concentração, baixa autoestima e sintomas de ansiedade. A situação de desemprego prolongado tem sido associada a esta condição. O quadro descrito refere-se à(ao)
- (A) síndrome de *Burnout*.
  - (B) psicose profissional.
  - (C) episódio depressivo.
  - (D) transtorno do ciclo vigília-sono.
  - (E) síndrome de fadiga relacionada ao trabalho.
- 40 Os agentes hematotóxicos têm papel relevante na saúde do trabalhador, pelo seu potencial de lesar a célula primitiva multipotente, provocando lesões citogenéticas, resultando em hipoprodução celular ou linhagem de células anormais. Diante de um trabalhador da indústria petroquímica, deve-se pensar em intoxicação por
- (A) asbesto.
  - (B) benzeno.
  - (C) etoxietanol.
  - (D) dinitrofenol.
  - (E) metoxietanol.
- 41 A exposição ocupacional ao cloreto de vinila, substância volátil utilizada na polimerização, presente nas fábricas de cloreto de vinila ou na produção do PVC (polímero), em que há risco de exposição ao Cloreto de Vinila Monômero (VCM), está associada ao risco aumentado da seguinte neoplasia relacionada ao trabalho:
- (A) Hepatoma.
  - (B) Angiossarcoma.
  - (C) Hepatoblastoma.
  - (D) Carcinoma hepatocelular.
  - (E) Colangiocarcinoma intra-hepático.



4.2 Em relação ao programa de vacinação dos trabalhadores dos serviços de saúde, NR32 - Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde, considere as seguintes afirmativas.

1. A todo trabalhador deve ser fornecido, gratuitamente, programa de imunização ativa contra tétano, difteria, hepatite B e os estabelecidos no PCMSO.
2. Sempre que houver vacinas eficazes contra outros agentes biológicos a que os trabalhadores estão, ou poderão estar, expostos, o empregador deve fornecê-las gratuitamente.
3. O empregador deve fazer o controle da eficácia da vacinação sempre que for recomendado pelo Ministério da Saúde e seus órgãos, e providenciar, se necessário, seu reforço.
4. A vacinação deve ser registrada no prontuário clínico individual do trabalhador, previsto na NR-07.

Estão corretas

- (A) 1 e 2, apenas.
- (B) 3 e 4, apenas.
- (C) 1, 2 e 3, apenas.
- (D) 2, 3 e 4, apenas.
- (E) 1, 2, 3 e 4.



REDAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

O texto **Universidade pública pode cobrar mensalidade dos mais ricos?** expõe argumentos de pessoas que se colocam favoráveis e de outras que se mostram contrárias à cobrança de mensalidades nas universidades públicas. Em um texto em prosa, **expresse a sua opinião sobre o assunto, apresentando argumentos diferentes daqueles já pontuados no texto.**

Tema:

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RESGUEINHO